

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
COORDENADORIA GERAL DE ESPECIALIZAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E
EXTENSÃO

COMUNIDADE RODOANEL E PROVISÃO DE MORADIA POR MEIO DA
ONG MANGALÔ DE 2014 A JUNHO DE 2019

Daphne Quintella Coelho Dutra

SÃO PAULO

2019

Daphne Quintella Coelho Dutra

COMUNIDADE RODOANEL E PROVISÃO DE MORADIA POR MEIO DA
ONG MANGALÔ DE 2014 A JUNHO DE 2019

Monografia apresentada à Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Pós-Graduado em Economia Urbana e Gestão Pública

Orientador: Gabriel Rossini

SÃO PAULO

2019

*Ao meu amor, Guilherme,
Pelo incentivo e carinho*

Agradecimentos

Primeiramente a Deus, que me ensina a amar e servir a cidade onde moro.

Agradeço ao meu marido, Guilherme, que não mede esforços para que eu me dedique aos meus sonhos e acredita que sou capaz de muito.

Também ao meu irmão, David, que foi inspiração e apoio sem o qual este trabalho não seria possível.

E, finalmente, aos meus pais, que cuidaram do meu filho Benjamin e da minha casa com tanto carinho enquanto eu escrevia essas linhas.

RESUMO

O propósito deste trabalho é analisar uma das alternativas de suprimento às gigantes demandas habitacionais de São Paulo. Mesmo tendo sido garantida pela Constituição Brasileira, a moradia digna é inacessível para pelo menos um quarto da população dessa cidade. O desenvolvimento econômico das últimas décadas parece não ter mitigado o problema, e são muitos os desafios que o poder público enfrenta no cumprimento de seu dever. A Secretaria de Habitação tem diante de si o Plano Municipal de Habitação como um ideal lançado em 2016 e o Programa de Metas da atual gestão para orientar ações imediatas. Por mais que diversas melhorias sejam propostas, a precariedade não é de todo abarcada, o que abre espaço para a sociedade civil atuar em benefício daqueles que necessitam de ajuda. A Mangalô, uma organização não governamental, se propõe a construir casas de material reciclável e atenuar o sofrimento de algumas famílias que estão à margem da urbanização. Verificaremos mais a fundo a escassez que se apresenta na Comunidade Rodoanel e como o recebimento de um “Ecolar” contribui na qualidade de vida de seus moradores. Espera-se que a exposição de trabalhos como o dessa ONG inspire a Prefeitura a encontrar caminhos criativos e até de menor custo para atender às periferias.

Palavras-chave: Moradia, Habitacional, Municipal, São Paulo, Administração Pública, Urbano, Construção Sustentável, Terceiro Setor, Favela

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze one of the alternatives of supply to the huge housing demands of São Paulo. Even though it was guaranteed by the Brazilian Constitution, decent housing is inaccessible to at least a quarter of the city's population. The economic development of the last decades seems not to have mitigated the problem, and many are the challenges that the public power faces in the fulfillment of its duty. The Housing Secretariat has before it the Municipal Housing Plan as an ideal launched in 2016 and the Program of Goals of the current management to guide immediate actions. No matter how many improvements are proposed, precariousness is not all encompassed, which opens space for civil society to act on behalf of those who need help. Mangalô, a non-governmental organization, proposes to build houses of recyclable material and attenuate some of the suffering of some families who are on the edge of urbanization. We will look more closely at the scarcity that is present in the Rodoanel Community and how the receipt of an "Ecolar" contributes to the quality of life of its residents. It is hoped that the exhibition of works like that of this NGO will inspire the City Hall to find creative and even less costly ways to attend to the peripheries.

Key-words: House, Housing, Municipal, Sao Paulo, Public Administration, Urban, Sustainable Building, Third Sector, Shanty Town

LISTA DE SIGLAS

CDHU - Companhia de Desenvolvimento Urbano Integrado

COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação

CONSEG - Conselho de Segurança

EHIs - Empreendimentos de Habitação de Interesse Social

MST - Movimento Sem Terra

ONG - Organização Não-Governamental

OUC - Operações Urbanas Consorciadas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PDUI - Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado

PIU - Projetos de Intervenção Urbana

Planhab - Plano Nacional de Habitação

PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

PMH - Plano Municipal de Habitação

RMSP - Região Metropolitana de São Paulo

SEHAB - Secretaria de Habitação

ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 POLÍTICAS DE HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	11
2 A COMUNIDADE DO RODOANEL	18
2.1 Histórico	19
2.2 Infraestrutura e Saneamento Básico	20
3 PROJETO ECOLAR E A COMUNIDADE DO RODOANEL	24
4 UM RETRATO DOS BENEFICIADOS	27
4.1 Moradores	27
4.2 Renda	30
4.3 Ecolar	32
4.4 Receios e Expectativas	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
Referências Bibliográficas	39
APÊNDICE	41

INTRODUÇÃO

Segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988, é competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico, além de combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos¹. O poder público tem o dever de, em todas as esferas, se preocupar e prover condições viáveis de habitação a todos os cidadãos brasileiros.

De acordo com as definições do Plano Diretor Estratégico de São Paulo² (SÃO PAULO, 2014, p. 5), moradia digna é

Aquela cujos moradores dispõem de segurança na posse do imóvel, com dimensões suficientes para comportar seus habitantes, executada com boa qualidade construtiva, com materiais adequados, ventilação e iluminação suficientes, assentada sobre terreno firme, salubre, seco e livre de contaminações, e dotada de abastecimento de água, coleta de esgoto, fornecimento de energia elétrica, iluminação pública, coleta de resíduos sólidos, trafegabilidade de vias, pavimentação viária, transporte coletivo, equipamentos sociais básicos, entre outros serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas.

A provisão de moradia digna evidentemente gera impactos sociais profundos, já que muda radicalmente a rotina e o conforto das famílias. Entre inúmeros benefícios, Krieger e Higgins (2002) citam a prevenção contra diversas doenças³, Tominaga, Santoro e Amaral (2009) falam da proteção de acidentes naturais⁴, e aqui incluímos a possibilidade de desfrutar de entretenimento e estudo no horário que melhor prouver aos moradores e economia de tempo, já que libera preciosas horas em que se gastaria com deslocamento, busca de água e resolução

¹ Artigo 23 da Constituição Federal 1988.

² Anexo da Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Disponível em <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE_lei_final_aprovada/QUADROS/PDF/PDE2013_SUBST_2_Quadro_1_CA_Definicoes.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

³ “*Poor housing conditions are associated with a wide range of health conditions, including respiratory infections, asthma, lead poisoning, injuries, and mental health. Addressing housing issues offers public health practitioners an opportunity to address an important social determinant of health.*” Disponível em: <<https://ajph.aphapublications.org/doi/pdf/10.2105/AJPH.92.5.758>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

⁴ “Em teoria, os perigos naturais ameaçam igualmente qualquer pessoa, mas na prática, proporcionalmente, atingem os mais desfavorecidos, devido a uma conjunção de fatores: há um número muito maior de população de baixa renda, vivendo em moradias mais frágeis, em áreas mais densamente povoadas e em terrenos de maior suscetibilidade aos perigos. Assim, a estratégia de redução de desastres precisa ser acompanhada do desenvolvimento social e econômico e de um criterioso gerenciamento ambiental. Portanto, deve ser construída com políticas de desenvolvimento sustentável que levem em conta os perigos existentes e os planos para redução dos riscos.” Disponível em: <<http://www.igeologico.sp.gov.br/downloads/livros/DesastresNaturais.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

de problemas domésticos diversos. Enquanto que para muitos água encanada, esgotamento sanitário e coleta de resíduos em casa são exemplos de ativos óbvios, outros ainda não experimentaram nenhum desses bens públicos.

Com 3.573.509 domicílios⁵, o município de São Paulo apresentava em 2010 aproximadamente 391 mil em favelas, 60 mil em núcleos, 390 mil lotes em loteamentos irregulares e 1.500 cortiços (estes últimos cadastrados apenas nas subprefeituras da Sé e da Mooca)⁶. Isso significa que pelo menos 1 em cada 4 domicílios no município de São Paulo estava em situação irregular. A adequação dessas milhares de moradias requer muitos recursos, como a própria Política Municipal de Habitação⁷ já adianta. Ademais, vale ressaltar que muitos desses gastos públicos e privados não são meras despesas. Podem deveras ser entendidos como investimentos, já que têm efeitos econômicos dinamizadores.

Segundo o estudo do Instituto Trata Brasil (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2010), a presença de esgoto em todos os domicílios brasileiros traria uma economia anual de R\$ 745 milhões ao longo de anos somente em internações no SUS, R\$ 547 milhões de economia às empresas, por ano, referente à remuneração de horas não trabalhadas (afastamento de trabalhadores devido a infecções gastrintestinais), e aumento da produtividade do trabalhador em 13,3%, fazendo com que a massa de salários se elevasse em R\$ 41,5 bilhões (3,8%). Destacou-se também uma valorização de imóveis de até 18%, além de afirmar que 1.277 vidas teriam sido salvas em 2009 se houvesse acesso universal ao saneamento no Brasil. (COELHO, 2014, p.9)

Por mais que as externalidades positivas geradas por despesas com habitação sejam conhecidas e almejadas, a proposta se apresenta particularmente ambiciosa quando aplicada ao maior município do país, São Paulo.

Este trabalho tem o objetivo de analisar mais a fundo o caso de uma única comunidade em São Paulo, a chamada Comunidade Rodoanel, localizada no Jardim São Francisco, distrito de São Rafael, subprefeitura de São Mateus. Almeja-se verificar a presença ou ausência da ação do poder público e de que forma uma organização não governamental específica, a Mangalô, têm contribuído com o oferecimento de moradias “menos indignas” naquele local.

Esta pesquisa estrutura-se em cinco capítulos, além da introdução. O primeiro traz o contexto regulatório municipal concernente à habitação e as principais metas da Prefeitura. O segundo apresenta a história e infraestrutura da Comunidade Rodoanel a partir das visitas e

⁵ Censo Demográfico de 2010, IBGE.

⁶ Secretaria de Habitação de São Paulo, portal habitaSAMPÁ. Disponível em: <<http://www.habitasampa.inf.br/habitacao/>>. Acesso 18 fev. 2019.

⁷ Vide Caderno do Projeto de Lei do Plano Municipal de Habitação de São Paulo, Projeto de Lei nº619, dezembro de 2016. Anexo 5 “Custos unitários adotados para o Plano Municipal de Habitação”. Disponível em: <http://pmh.habitasampa.inf.br/wp-content/uploads/2016/11/20161221_PMH_PL_bxa.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2019.

entrevistas feitas com seus moradores. O terceiro expõe o trabalho da Mangalô e explica um pouco de como o Projeto Ecolar se organiza para construir as moradias sustentáveis. O quarto procura evidenciar as condições de vida de cinco das famílias beneficiadas pela ONG, detalhando aspectos de seus moradores e o impacto do recebimento da nova casa e, para encerrar, o quinto encaminha as considerações finais da obra.

1 POLÍTICAS DE HABITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

A fim de compreender a abrangência das ações da Prefeitura de São Paulo e seu papel em relação à provisão de moradia digna conforme a Constituição, este trabalho parte do Plano Municipal de Habitação de São Paulo (PMH), o qual foi encaminhado à Câmara Municipal em dezembro de 2016. Apesar de pendente de aprovação desde a gestão Haddad⁸, entende-se que ainda é o projeto mais atual onde a Secretaria de Habitação tem elencados seus maiores objetivos e desafios. Este capítulo traz um breve resumo do plano e compara sua finalidade com o andamento do Programa de Metas da gestão atual⁹.

A prioridade do PMH é o enfrentamento da precariedade habitacional, especialmente a daqueles de baixa renda. Seu objetivo é integrar as pessoas que hoje estão à margem da cidade formal. O plano original tem um horizonte de 16 anos, sendo que deveria ser atualizado de quatro em quatro anos com os Programas de Metas e os Planos Plurianuais, de forma que fossem asseguradas a perenidade e coerência das ações independentemente da alternância da gestão.

O PMH parte do princípio de que as políticas de habitação devem ser consolidadas de modo integrado aos planos regionais das subprefeituras e aos instrumentos urbanísticos como Operações Urbanas Consorciadas (OUC), Projetos de Intervenção Urbana (PIU) e Plano de Urbanização de ZEIS. Também deve alinhar-se à RMSP (Região Metropolitana de São Paulo) por meio do Conselho Consultivo, Subprefeituras, SEHAB/COHAB-SP, EHIs (Empreendimentos de Habitação de Interesse Social), PDUI (Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado), Governo Estadual, CDHU (Companhia de Desenvolvimento Urbano Integrado), PMCMV entidades, além do Planhab (Plano Nacional de Habitação). Por mais que esse princípio pareça incontestável, conciliar todas essas frentes requer muito trabalho e a coordenação de muitos interesses.

O texto do projeto de lei aponta três linhas de atuação. A primeira é Serviço Moradia Social (assistência transitória), a segunda, Provisão de Moradia (assistência definitiva) e, a terceira, Intervenção Integrada em Assentamentos Precários (assistência a favelas e loteamentos Irregulares, conjuntos habitacionais irregulares e cortiços). Também são apontadas ações

⁸ Prefeito Fernando Haddad, Partido dos Trabalhadores (PT), Gestão 2013 a 2016.

⁹ A gestão de 2017 a 2020 começou com o prefeito João Dória, que renunciou à Prefeitura pra concorrer ao cargo de governador de São Paulo, deixando o vice-prefeito Bruno Covas em seu lugar desde abril de 2018. Ambos são atualmente filiados ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

transversais, sendo que as principais são Assistência Técnica, Jurídica e Social e Atuação Integrada em Áreas Ambientalmente Sensíveis e Frágeis. A Comunidade Rodoanel de início se enquadra na primeira e na segunda linha programática do PMH, visto que a área ocupada é logo embaixo e no entorno da Avenida Jacu Pêssego, uma área de risco que dificilmente seria urbanizada.

Posto o cenário da discussão habitacional em São Paulo, é importante apontar a direção que a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) tomou. A gestão atual, apesar de ainda não legalmente obrigada a cumprir as exigências do plano, estabeleceu em seu Programa de Metas alguns objetivos importantes, e que conversam com o PMH, a serem cumpridos sob a liderança da Secretaria, que compõe o eixo de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

O PMH propõe seus desafios de forma mais detalhada e um tanto mais agressiva do que esse Programa, uma vez que lista 15 metas a serem acompanhadas no horizonte de 16 anos (2017 a 2032), enquanto que a gestão atual traz apenas 3 para o horizonte de 4 anos (2017 a 2020). Se somarmos o número de domicílios ou unidades habitacionais que deveriam ser beneficiadas no PMH de 2017 a 2020, teríamos 278.000 famílias beneficiadas¹⁰, enquanto que no Programa de Metas proposto inicialmente o total seria de 262.500, por volta de 5% a menos. Além disso, o que se propôs após a Revisão Programática do Programa de Metas¹¹, no início de 2019, foi a redução para 251.176 famílias, agora quase 10% a menos que o PMH para o mesmo período.

Os programas não mencionados na lista de metas da gestão 2017-2020 são: Serviço de Moradia Social, que provê atendimento emergencial e transitório para famílias de baixa renda removidas por obras públicas ou com riscos ambiental ou social; Melhorias Habitacionais em Assentamentos Precários, que realiza reformas e ampliações das casas, com apoio de assistência técnica pública e gratuita para famílias de baixa renda; Intervenção em Cortiços, voltado à melhoria física dos imóveis; e Assistência Técnica, Jurídica e Social. Este último é muito rico e seria proveitoso que tivesse sido mantido porque

A depender do grau e da natureza da precariedade encontrada, são necessárias soluções variadas a partir de uma abordagem multidisciplinar. Desse modo, propõe-

¹⁰ São 1.300 vagas por ano pelo Serviço de Moradia Social, 5.500 unidades por ano pela Provisão de Moradia para o primeiro quadriênio, e 62.700 pela Intervenção Integrada em Assentamentos Precários. Caderno do Projeto de Lei do Plano Municipal de Habitação de São Paulo, Projeto de Lei nº 619, dezembro de 2016. Anexo 6 “Quadro das metas mínimas para 16 anos”. Disponível em: <http://pmh.habitasampa.inf.br/wp-content/uploads/2016/11/20161221_PMH_PL_bxa.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2019.

¹¹ Revisão Programática do Programa de Metas. Disponível em: <<http://programademetas.prefeitura.sp.gov.br/assets/up/An%C3%A1lise%20da%20Revis%C3%A3o%20Program%C3%A1tica.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

se a estruturação do programa por meio de equipes multidisciplinares, envolvendo arquitetos, urbanistas, engenheiros, sociólogos, assistentes sociais, advogados, entre outros profissionais. Esse corpo técnico, habilitado junto à Prefeitura, assumirá a responsabilidade de formular e implementar as ações propostas. Por meio da atuação desses profissionais, busca-se otimizar o uso de recursos humanos e financeiros, aprimorar as técnicas construtivas, as soluções arquitetônicas e urbanísticas em consonância com a realidade de cada localidade, qualificar as respostas às diversas precariedades encontradas, bem como contribuir para a efetivação dos direitos sociais e para o pleno exercício da cidadania. (PMH, Caderno do Projeto de Lei, 2016, p.8)

PROGRAMA PMH	MODALIDADE PMH	Programa de Metas
Serviço de Moradia Social	Acolhimento Institucional Intensivo	Ausente
	Abrigamento Transitório em Imóveis Alugados	Ausente
	Abrigamento Transitório em Imóveis Públicos	Ausente
Provisão de Moradia para Aquisição	Promoção Pública de Moradia	Presente
	Promoção Pública de Moradia em Assentamentos Precários	
	Promoção Privada de Moradia	
	Promoção de Moradia por Autogestão	
	Aquisição de Moradia Pronta	
Locação Social	Locação Social de Promoção Pública	Presente
	Locação Social por Autogestão	
Urbanização de Assentamentos Precários	Urbanização Complexa	Presente
	Pequenas Intervenções de Urbanização	
Regularização Fundiária de Interesse Social	Regularização Fundiária de Interesse Social	Presente
Melhorias Habitacionais em Assentamentos Precários	Melhorias Habitacionais Integradas	Ausente
	Melhorias de Conjuntos Habitacionais Irregulares	Ausente
Intervenção em Cortiços	Intervenção em Cortiços Isolados	Ausente
	Intervenção Integrada em Cortiços	Ausente
Assistência Técnica, Jurídica e Social	Assistência Técnica à Comunidade	Ausente
	Escritório Local de Assistência Técnica ao Município	Ausente

Quadro 1: Alvos do PMH e sua inclusão no Programa de Metas 2017-2020

Fonte: Prefeitura de São Paulo. Programa de Metas 2017 a 2020 e Projeto de Lei nº 619, de junho de 2016. Elaboração própria.

O Quadro 1 acima apresenta quais das metas do PMH foram assumidas pela gestão atual (marcadas como “Presente” na terceira coluna) como compromisso, são elas: Provisão de Moradia para Aquisição, Locação Social, Urbanização de Assentamentos Precários e

Regularização Fundiária de Interesse Social. As que não foram consideradas formalmente foram as marcadas como “Ausente”.

Vale comentar que mesmo aquelas metas que são citadas não têm o mesmo detalhamento que o PMH traz. A meta 29 da gestão atual (vide Tabela 2), por exemplo, por unir a provisão de moradia via aquisição e locação num mesmo objetivo, não especifica quantas famílias serão beneficiadas em cada uma dessas vias. Também se verifica que, em Provisão de Moradia por Aquisição, não é dito se a realização será via promoção pública, privada ou por autogestão. Ao mesmo tempo que tais pormenores poderiam trazer mais transparência em relação ao custo em que se incorreria nas iniciativas e o que a população pode esperar como melhoria, eles também parecem ser uma saída para que a prefeitura tenha mais flexibilidade de prover o que lhe for mais oportuno quando colocar o planejamento em prática.

A Tabela 1 seleciona os três objetivos trazidos pelo Programa de Metas, os quais já tinham sido propostos pelo PMH. É possível fazer uma comparação entre ambos expondo o número de beneficiados a que se propõem atingir.

De modo geral, para os objetivos correspondentes do PMH, o Programa de Metas prometia beneficiar 10.500 famílias a mais que o previsto no projeto de lei para o mesmo quadriênio em sua versão inicial. Seriam 3.000 unidades habitacionais adicionais entregues via aquisição ou locação social (meta 29), 60.000 famílias atendidas a mais via procedimentos de regularização fundiária (meta 30) e 52.500 famílias beneficiadas a menos via Urbanização Integrada (meta 31). Depois da Revisão Programática do Programa de Metas, apesar de subir ligeiramente seu desafio nas metas 29 e 30, observamos que a Prefeitura agora espera impactar 824 famílias a menos que o proposto no PMH. A meta mais afetada foi a de número 31, a qual restringiu de 27.500 para 15.356 o número de domicílios a serem favorecidos via urbanização integrada em assentamentos precários. Fortemente dependente do repasse de recursos federais, este último objetivo demandou replanejamento orçamentário¹².

¹² “O cancelamento de recursos federais em 2017 prejudicou o alcance do quantitativo de 27.500 famílias beneficiadas. Já havia sido indicado na pactuação original do Programa de Metas que esse item dependia da entrada de recursos externos, correspondente a montante expressivo do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC previsto para aplicação nas intervenções a área de Mananciais. O replanejamento orçamentário foi necessário, bem como a busca de incremento financeiro de outras fontes de recursos, mas ainda assim não foi possível desviar da necessidade de adequação da previsão do número de famílias a serem beneficiadas por meio de intervenções integradas em assentamentos precários para este biênio 2019-2020”. Análise da Revisão Programática do Programa de Metas, p. 10, 2019. Disponível em: <<http://programademetas.prefeitura.sp.gov.br/assets/up/An%C3%A1lise%20da%20Revis%C3%A3o%20Program%C3%A1tica.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

Tabela 1
Metas Comparadas do Primeiro Quadriênio 2017 – 2020

Nº META (PLANO DE METAS)	DESCRIÇÃO DA META	PROGRAMA DE METAS				PMH (2017 - 2020)
		Plano Inicial (2017- 2020)	Atingimento Parcial (2017-2018)	Plano Revisado (2019- 2020)	Total Revisado (2017- 2020)	
M29	Unidades Habitacionais entregues para atendimento via aquisição ou via locação social	25.000	4.245	21.000	25.245	22.000
M30	Famílias beneficiadas por procedimentos de regularização fundiária	210.000	50.575	160.000	210.575	150.000
M31	Famílias beneficiadas com Urbanização Integrada em Assentamentos Precários	27.500	5.356	10.000	15.356	80.000
TOTAL		262.500	60.176	191.000	251.176	252.000

Fonte: Prefeitura de São Paulo. Programa de Metas 2017 a 2020, Revisão Programática do Programa de Metas (2019-2020) e Projeto de Lei nº 619, de junho de 2016. Elaboração própria.

Das três metas encabeçadas pela SEHAB, por enquanto só duas são abertamente regionalizadas, a 29 e a 30. A Tabela 2 mostra o quanto já foi alcançado na região da subprefeitura de São Mateus (a qual a Comunidade Rodoanel pertence), e também no município de São Paulo como um todo. Uma em cada cinco unidades devem ser entregues via locação social ou aquisição em São Mateus, a região que mais deve ser beneficiada no alcance do objetivo de número 29. Apesar da relevância da região, até dezembro de 2018 nenhuma das 4.245 unidades havia sido entregue ali ainda.

Já a meta 30 teve um andamento relativamente mais célere, especialmente em São Mateus, que já recebeu 43% do que estava proposto a essa região, enquanto que a cidade receber

apenas 24% no mesmo período. Assim como para a meta anterior, estima-se que esse objetivo também será totalmente alcançado até o fim de 2020.

Tabela 2
Status Programa de Metas – SEHAB

Nº META	LOCAL	Valor acumulado Dezembro/2018		Projeção valor acumulado 2017 - 2020	
M29	São Mateus	0	0%	5.122	100%
	Total São Paulo	4.245	17%	25.245	100%
M30	São Mateus	7.821	43%	18.050	100%
	Total São Paulo	50.757	24%	210.575	100%
M31	São Mateus	2.129	-	NE*	NE*
	Total São Paulo	5.356	35%	15.356	100%

NE: Não especificado*

Fonte: Prefeitura de São Paulo. Programa de Metas 2017 a 2020. Elaboração própria.

A última meta, a de número 31, era a mais atrasada até julho de 2018, quando apenas 2.500 famílias haviam sido beneficiadas. Naquela época este montante representava 9% de atingimento (o total era de 27.500), porém agora, com a revisão da meta, o atingimento até dezembro de 2018 de 5.356 famílias já passa a representar uma entrega de 35% (do novo total que passou a ser 15.356). Quanto a São Mateus, contabilizou-se o benefício de 2.129 casas. O valor total esperado até 2020 na região não foi divulgado.

Como já dito neste trabalho, a urbanização em assentamentos precários tem a ver com a promoção de intervenções físicas, como de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos. Isso significa que a prefeitura pode tanto entregar uma escola quanto recapear uma rua, ou seja, quanto maior a demora no início das obras, mais provável é que sejam efetivadas apenas melhorias de pequena complexidade e com alcance social limitado. O PMH ao menos propõe a contabilização de beneficiados via urbanização complexa e pequenas intervenções de forma separada, o que dá à população subsídio para cobrança de tais entregas. Falta também transparência em relação a quais locais receberão as intervenções, o que limita sua aplicabilidade à análise do presente trabalho.

Conquanto São Mateus esteja contemplada no Programa de Metas, está claro que a Comunidade do Rodoanel não foi considerada como beneficiária direta das entregas a serem feitas em São Mateus. É sabido que, sendo uma ocupação relativamente mais recente (desde

2014 aproximadamente), não há nem mesmo cadastro sistematizado pela Prefeitura¹³ das famílias que moram ali. O próximo capítulo tenta pelo menos esboçar um pouco da realidade atual da ocupação e os desafios mais específicos que o poder público tem ali.

¹³ Foram solicitados dados demográficos e históricos a respeito da Comunidade do Rodoanel, via Lei de Acesso à Informação, à Subprefeitura de São Mateus e também à Secretaria de Habitação de São Paulo. A subprefeitura acabou encaminhando o pedido também à SEHAB, que respondeu que não dispõe da sistematização de tais informações. O contato foi feito por volta de maio de 2019.

2 A COMUNIDADE RODOANEL

A ocupação que hoje é conhecida como Comunidade Rodoanel é nova, se comparada com outras na mesma região. Os moradores contam que as pessoas começaram a se juntar ali por volta de 2014. É difícil definir o endereço ou tamanho exato do agrupamento. Grosso modo, está logo abaixo da Avenida Jacu Pêssego, entre a rua 15 de Novembro e o Conjunto Habitacional São Francisco, ocupando uma área de aproximadamente 0,033 km² (ou 32.600 m²)¹⁴.



Figura 1: Mapa Comunidade do Rodoanel e Morumbizinho
Fonte: Google Maps, 2019. Elaboração própria.

¹⁴ A área de ambas ocupações, Comunidade Rodoanel e Morumbizinho, foi calculada com base na Figura 1, de acordo com a escala do próprio *Google Maps*.

A Figura 1 traz um mapa com a localização aproximada. As elipses de cor vermelha indicam a ocupação Comunidade Rodoanel, enquanto que os triângulos amarelos a favela do Morumbizinho. Visto que não há informações públicas sistematizadas sobre a comunidade, o panorama exposto aqui foi construído por meio de conversas com moradores, com integrantes da ONG Mangalô e por meio de visitas ao local.

2.1 Histórico

Andrea Cristina Sampaio, 45 anos, é a vice-presidente da Associação Rodoanel Luta Para Todos¹⁵ e compartilhou um pouco da história e realidade da Comunidade Rodoanel¹⁶. A ocupação começou com cerca de cinco “barracos” (como os próprios moradores chamam) no final de 2013 e uma das primeiras pessoas a chegar foi o filho de Andrea, Daniel. Em 2014 já contavam com mais de 200 famílias e os moradores sentiram a necessidade de se organizar melhor. Andrea, que já tinha uma casa fruto de mutirão no Jardim Rodolfo Pirani e cresceu participando ativamente do Movimento Sem Terra (MST), foi convidada por esse mesmo filho para que indicasse o caminho que deveriam seguir. Com sua ajuda formalizaram a Associação do Rodoanel em 30 de março de 2016 e hoje contam com 744 famílias filiadas.

Andrea conta que por volta de 2006 e 2008 houve ali no mesmo local um grupo denominado “Bandeira do Aracambi”. Eles receberam atendimento, alguns com Auxílio Aluguel, outros com apartamentos. As assistências aconteceram durante o Programa de Urbanização empreendido em conjunto com as obras do PAC¹⁷. Alguns desses acabaram depois integrando a Comunidade Rodoanel porque, segundo a vice-presidente, muitos locatários de áreas urbanizadas próximas não aceitavam famílias com mais de dois filhos.

A comunidade é por vezes confundida com a do “Morumbizinho”, que além de representar outra área, tem outros objetivos. O Morumbizinho já tem 14 anos, como explica Andrea, e ocupa uma área de aproximadamente 0,036 km² (ou 35.800 m²). O mal-entendido

¹⁵ A Associação Rodoanel Luta Para Todos tem estatuto registrado e está disponível para consulta no Cartório Civil de São Mateus.

¹⁶ A conversa com a Andrea aconteceu no dia 28 de junho de 2019 e durou cerca de uma hora e meia. A presidente da associação, Vania de Almeida Oliveira, também contribuiu com outras informações no final da entrevista.

¹⁷ O programa mencionado é explicado detalhadamente no Relatório de Avaliação de Pós-Ocupação do Projeto de Intervenção Urbanística. Disponível em: <http://www.habitasampa.inf.br/wp-content/uploads/2017/06/161219_RE_-Jardim-S%C3%A3o-Francisco.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2019.

pode ter começado porque antes de existir a Associação Rodoanel, o pessoal recém-chegado recorria às lideranças dessa ocupação mais antiga. Entretanto, o objetivo principal de seus moradores é urbanizar o local, diferente do que intenciona (pelo menos via Associação de Moradores) o pessoal do Rodoanel, que é conseguir atendimento público via Auxílio Aluguel ou direcionamento a unidades habitacionais.

A luta, segundo Andrea explica, é a de que todos recebam os benefícios ao mesmo tempo. Até o dia em que conversamos apenas 364 barracos tinham sido cadastrados pela SEHAB com auto de interdição. Todos esses localizados logo embaixo do Rodoanel, área de ocupação mais crítica. Enquanto o atendimento geral não acontece, a liderança da associação diz se esforçar por garantir melhorias para a comunidade e parcerias com organizações que lhes ajudem com ações pontuais. Uma das ações do grupo foi, por exemplo, conversar com as diretorias de escolas e creches públicas da região para que as crianças do Rodoanel fossem bem recebidas e direcionadas para as instituições mais próximas, além de solicitar o transporte gratuito para elas irem estudar. Também conseguiram um Consultório na Rua para assistir aos moradores dali.

Andrea e Vania, presidente da associação, participam de diversas reuniões como o Fórum de Lideranças do Jardim São Francisco e o Conselho de Segurança da região (CONSEG). A própria associação se reúne mensalmente em um barraco embaixo do Rodoanel feito para este fim. O local contava antes com armário, cadeiras e mesa, mas tudo foi furtado e hoje é um espaço vazio. A organização não tem nenhum tipo de financiamento e nenhuma mensalidade era cobrada de seus membros na data de nossa conversa.

Os maiores obstáculos que enfrentam hoje são a presença de barracos vazios de pessoas que não moram ali, mas mantém a construção esperando receber qualquer tipo de benefício que o poder público propuser, e também a participação de alguns moradores em atividades criminosas, como o desmanche de carros e o tráfico de drogas. Ambos os problemas descredibilizam as motivações genuínas da maior parte dos integrantes da associação e atrasam a concessão dos benefícios, conforme explicou a Andrea.

2.2 Infraestrutura e Saneamento Básico

Todo o assentamento é completamente precário. Chão de terra (às vezes batida, às vezes enlameada ou lavada por dejetos), esgoto correndo a céu aberto no córrego ao lado e por entre

os barracos, lixo e fezes espalhados pelo meio do caminho. Obviamente não há água encanada de forma estruturada, ligações de esgoto ou coleta de resíduos sólidos por ali. A Figura 2, a seguir, retrata um pouco da realidade ali.



Figura 2: Casa Sob Rodoanel
Fonte: Dutra (2019)

A água é conseguida por meio de ligações clandestinas ao sistema de distribuição de água da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo da Rua 15 de Novembro e também do Conjunto Habitacional São Francisco. Os primeiros desvios foram feitos por moradores, sendo depois ajudados pela própria Sabesp, que forneceu tubos e conexões. Algumas famílias tem acesso à água o tempo todo, enquanto que outras precisam estocar durante a noite para o uso do dia (em caixas d'água ou baldes).

O esgoto é direcionado dos banheiros dos barracos para um dos córregos adjacentes ou para valetas nas vielas da comunidade. Nenhum dos dejetos é coletado ou tratado e não há nenhuma fossa séptica que os atenda. A situação é evidente até mesmo para quem passa rapidamente pelo local, seja pelo cheiro ou pelo chão molhado mesmo quando não choveu.

A forma que o poder público encontrou de coletar os resíduos sólidos da comunidade foi disponibilizando algumas caçambas no entorno urbanizado. Apesar da alternativa de destinação do lixo existir, nem todos os moradores a utilizam. Há quem simplesmente jogue coisas pelo chão da ocupação ou nos córregos, como demonstrado pela Figura 3.



Figura 3: Córrego Adjacente
Fonte: Dutra (2019)

Já em relação à eletricidade, o sistema é parecido com o da água. Os “gatos” foram feitos a partir dos fios das ruas próximas. Assim, toda a energia elétrica conseguida parte de “ligações em cima de ligações”, como pode ser visto na Figura 5. A diferença em relação à água é que para isso não houve nenhum apoio da concessionária de energia. Como é de se esperar, alguns incêndios já foram causados por conta dessas delicadas invenções, o que só fragiliza ainda mais a condição de quem mora ali.



Figura 4: Fios de Eletricidade
Fonte: Dutra (2019)

Outra marca registrada do lugar é o chão sobre o qual tudo foi construído. Terra e grama predominam, não se vê calçamento ou pavimentação apropriada. A Figura 5, abaixo, mostra a rua principal da comunidade.



Figura 5: Rua Sob o Rodoanel
Fonte: Dutra (2019)

É nesse cenário desolador que a ONG Mangalô decidiu atuar para amenizar tanto desconforto, insalubridade e escassez. O próximo capítulo explica melhor sua história e de que forma a organização atua na comunidade.

3 PROJETO ECOLAR E A COMUNIDADE DO RODOANEL

Dada a complexidade das demandas habitacionais de São Paulo e a evidente urgência de diversas famílias em riscos multisetoriais, a sociedade civil muitas vezes se organiza para tentar remediar situações de carência a fim de aliviar a situação de famílias que estão diante de tanta precariedade.

É possível citar algumas organizações não governamentais que trabalham com a provisão de moradias alternativas em São Paulo, como a TETO¹⁸, Habitat para a Humanidade¹⁹, Programa Vivenda²⁰, Moradigna²¹ e Mangalô²². Esse trabalho tem a intenção de expor como exemplo de suprimento à demanda habitacional o trabalho da Mangalô. Dentre as organizações citadas, é a única que atua intensivamente na Comunidade do Rodoanel.

Fundada em 2012 pelos irmãos Fernando Teles e Ricardo Teles, a ONG tem a missão de “criar oportunidades de desenvolvimento humano e estrutural em ambientes que não tem”²³. Seu trabalho na comunidade vem desde o mesmo ano em que a mesma foi constituída (2014), onde atua por meio de diversas iniciativas, dentre as quais o Projeto Ecolar tem hoje o maior destaque.

Pelo projeto constroem-se casas ecológicas de 20 m², 30 m² e 40 m² a partir de embalagens ‘longa vida’ e plásticos reciclados, sendo que o menor modelo é o que tomamos como referência por ser o mais comumente edificado. Este pode ser construído em apenas dez horas de trabalho quando há a colaboração de pelo menos 24 voluntários. O tempo também pode variar um pouco a depender da quantidade do solo, terreno e clima. O custo unitário das casas de 20 m² gira em torno de catorze mil reais, levando em conta materiais, frete e os gastos operacionais e administrativos²⁴. Os voluntários são os que integram a maior parte da mão de

¹⁸ ONG Teto. Mais informações em: <<https://www.techo.org/>>. Acesso em: 11 jul. 2019

¹⁹ ONG Habitat para a Humanidade. Mais informações em: <<https://habitatbrasil.org.br/>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

²⁰ ONG Programa Vivenda. Mais informações em: <<http://programavivenda.com.br/>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

²¹ ONG Moradigna. Mais informações em: <<https://moradigna.com.br/>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

²² ONG Mangalô <<https://www.mangalo.org.br/>>

²³ Missão da ONG Mangalô: “Criar oportunidades de desenvolvimento humano e estrutural em ambientes que não tem. Promover a ampliação de horizontes, a inclusão e a justiça social, utilizando ferramentas na área da educação, do esporte, da cultura, do empreendedorismo social, negócios sociais e sustentabilidade. Criar pontes capazes de unir as diferenças e derrubar barreiras.” <<https://www.mangalo.org.br/transparencia>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

²⁴ “As casas têm 20, 30 e 40 metros quadrados, com custo de R\$ 14 mil, R\$ 20 mil e R\$ 26 mil, respectivamente.” Trecho de notícia obtido da Revista Pequenas Empresas e Grandes Negócios, 2018. Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/Negocio-social/noticia/2018/12/elas-vao-receber-r-10-mil-de-capital-semente-por-suas-ideias-de-negocio-na-area-de-habitacao.html>> Acesso em: 18 mar. 2019.

obra e seu recrutamento se dá pelo site da ONG, por redes sociais, *e-mail* e parceria com empresas.

O Ecolar – como a própria Mangalô o denomina – é construído em formato retangular e as divisões internas são decididas junto com os moradores. Eles definem o tamanho de quarto, cozinha, sala (este cômodo só nos projetos a partir de 30 m²) e banheiro junto com o pessoal da ONG. Aliás, nem todos os projetos incluem banheiro. A Mangalô recomenda que se construa essa parte fora da casa por dois motivos: ter mais espaço interno e dar mais durabilidade à casa, visto que o banheiro traz mais umidade pra dentro. O próximo capítulo demonstrará os diferentes formatos assumidos por cada família beneficiada.

A ONG tem uma lista com as famílias cadastradas e interessadas em receber um Ecolar. Alguns dos critérios utilizados para a escolha dos beneficiados são (a) presença de filhos pequenos que estejam na creche ou escola (com menos de 12 anos) e (b) participação e comprometimento dos moradores, que pode ser percebido no atendimento a reuniões prévias e no pagamento de uma taxa simbólica de quinhentos reais (a qual é raramente paga). O engajamento mais tarde é constatado quando os moradores já apresentam o terreno limpo antes do dia da construção, além de ajudarem na própria obra, por vezes também convidando amigos, familiares e vizinhos para colaborar.

A ONG havia construído até o momento da elaboração deste trabalho²⁵ vinte e seis Ecolares, sendo que vinte e dois foram estabelecidos na Comunidade do Rodoanel e os quatro outros nos bairros Jardim Rodolfo Pirani, Parelheiros, Parque das Flores e no Município de Mauá. Estima-se que mais de um milhão de embalagens recicladas já tenham sido utilizadas até aqui²⁶.

A Mangalô na maioria das vezes promove o Ecolar junto a empresas ou grupos que desejam enviar seus membros para participar das construções. Essas mesmas organizações são as que levantam os recursos financeiros para bancar a obra com a qual cooperarão. Os voluntários que se disponibilizam para contribuir individualmente (quando o projeto já está pago por outros) atualmente desembolsam quarenta reais por dia para cobrir as despesas com alimentação e acomodação.

²⁵ Tais dados foram obtidos por meio de conversa com o Coordenador Técnico do Ecolar, David Coelho, em meados de abril de 2019.

²⁶ “Os resultados iniciais contabilizados são 1 milhão de embalagens recicladas (...)” Trecho de notícia obtido da Revista Pequenas Empresas e Grandes Negócios, 2018. Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/Negocio-social/noticia/2018/12/elas-va-receber-r-10-mil-de-capital-semente-por-suas-ideias-de-negocio-na-area-de-habitacao.html>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

A Igreja Evangélica Batista em Jardim Santo André foi durante alguns anos a instituição que se ofereceu para abrigar quem precisava de um lugar para dormir nos dias de trabalho. Hoje, enquanto a Escola da Mangalô²⁷ ainda não está pronta, o pessoal se abriga na EMEF do Parque das Flores. Essa mesma escola recebeu uma ampla reforma interna dirigida pela Mangalô através de sua agência, Integrare, em parceria com a Magazine Luiza²⁸. A ação impactou diretamente mil e trezentas crianças e indiretamente mil famílias²⁹. Esses são apenas alguns exemplos de como a cooperação entre diversos agentes da sociedade civil pode gerar desenvolvimento e riqueza em suas soluções locais.

Este trabalho trará, no próximo capítulo, além de um retrato dos moradores da comunidade, uma amostra de quais foram os impactos percebidos de forma mais relevante pelas famílias alcançadas pelo Projeto Ecolar.

²⁷ A Escola da Mangalô é um projeto grande que ainda está em andamento. O local servirá como base de apoio da ONG e também como escola para os moradores da região do Parque das Flores.

²⁸ Portal Integrare. <<https://www.somosintegrare.com/amor-e-cor-ibab>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

²⁹ Números cedidos pela ONG Mangalô em 12 mar. 2019.

4 UM RETRATO DOS BENEFICIADOS

Este capítulo apresenta o resultado do questionário aplicado³⁰ em cinco das famílias que foram beneficiadas pelo Projeto Ecolar³¹. Todas as entrevistadas foram mulheres, até por serem o principal ponto de contato da Mangalô. Os dados coletados foram organizados em quatro grandes tópicos: Moradores, Renda, Ecolar e, por último, Receios e Expectativas. A fim de manter a privacidade das famílias visitadas, chamaremos cada lar pelas letras A, B, C, D e E.

4.1 Moradores

A intenção aqui é expor mais detalhadamente como são compostas algumas das famílias beneficiadas pelo projeto. A Tabela 3, abaixo, traz um panorama da quantidade de pessoas por gênero (F para feminino e M para masculino) e década do nascimento. Três das cinco famílias tem mais pessoas do sexo feminino (A, B e C), uma empata ambos os sexos (E), e só uma das cinco famílias (D) tem maioria masculina. No entanto, até mesmo a que tem o empate atualmente também tem maioria feminina porque o parceiro da entrevistada está preso, trazendo assim cinco mulheres para quatro homens.

Tabela 3
Perfil dos Moradores

Referência	Gênero		Década Nascimento						TOTAL
	F	M	1960	1970	1980	1990	2000	2010	
A	3	1				2		2	4
B	6	0		1			2	3	6
C	4	2			2		1	3	6
D	1	4	2		1		2		5
E	5	5			2		3	5	10
TOTAL	19	12	2	1	5	2	8	13	31

Fonte: Pesquisa própria, 2019. Elaboração própria.

³⁰ O modelo do questionário aplicado pode ser verificado no Anexo I deste trabalho.

³¹ As entrevistas foram feitas no dia 26 de maio de 2019 e contaram com o apoio do coordenador técnico do Ecolar, o engenheiro civil David Succi Quintella Camara Coelho.

Quatro dos cinco lares visitados tem pelo menos um adulto chefiando a casa, sendo que apenas um deles tem uma mulher sozinha como adulta (B), o mesmo caso em que só há pessoas do sexo feminino presentes. De forma geral, a maior parte das famílias entrevistadas tem o modelo de um casal heterossexual liderando a casa com pelo menos duas crianças. Só um dos casais tem um filho maior de 18 anos. Todos os outros são menores de idade. Vinte e uma do universo considerado de trinta e uma pessoas são crianças (o que representa 67,7% do total). Aliás, é notável a presença de crianças na comunidade em todo o tempo que se caminha por ela.



Figura 6: Escolaridade – Adultos
Fonte: Pesquisa própria, 2019. Elaboração própria.

Quanto à escolaridade, as entrevistadas alegaram ter todos os filhos em idade escolar devidamente matriculados. Assim, afirmaram que a alfabetização das crianças está de acordo com o esperado para suas respectivas idades. Por esse motivo (e por não haver espaço para discutir em profundidade o tema aqui) vamos focar na escolaridade dos mais velhos.

A Figura 6 dá uma ideia dos anos de estudo dos dez adultos considerados por nível de escolaridade, sexo e faixa etária. É interessante verificar que aqueles mais escolarizados (ensino médio completo) não são os de menor idade (20 a 30), mas dois dos três que tem entre 30 e 40 anos. Esse resultado é contra intuitivo pois a média de anos de estudo de pessoas com 25 anos ou mais vem aumentando consideravelmente conforme o tempo.

Tendo em mente que todos os 10 adultos da nossa amostra têm mais de 25 anos e todos os da faixa de 20 a 30 anos são originais de São Paulo, observemos a Figura 7. Ela demonstra o avanço do nível de escolaridade no Brasil todo com dados de 1981 até 2014. Enquanto que em 1981 as pessoas com 25 anos ou mais tinham estudado, em média, 4,7 anos no estado de São Paulo e por volta de 3,6 anos no Brasil, em 2014 esses períodos já passavam para 8,9 anos no estado e 7,4 anos no país. Essa evolução não é trivial, já que denota um crescimento de 91% em São Paulo e 109% no Brasil.

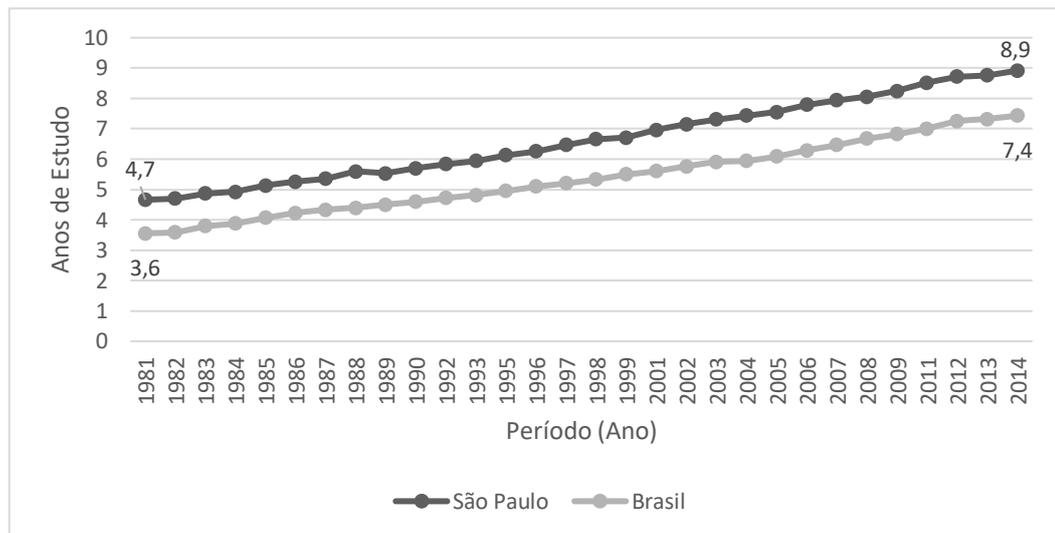


Figura 7: Média Anos de Estudo – pessoas com 25 anos e mais
Fonte: IPEA. Elaboração própria.

Observa-se ainda que, dos quatro adultos mais jovens (duas mulheres e dois homens), três não completaram o ensino médio e um deles não finalizou nem mesmo o fundamental. E, entre aqueles que já tem mais de 40 anos, apenas um não estudou e não é alfabetizado. Além disso não se observou nenhuma tendência relativa ao sexo.

Quanto à origem, como se vê na Figura 8, todas as pessoas menores de 18 anos são do estado de São Paulo e a maior parte dos adultos também se origina da mesma unidade federativa (60%). Os outros quatro (ou 40%) vem de Morrinhos (CE), Bocaiúva (MG) e São Luís (MA).

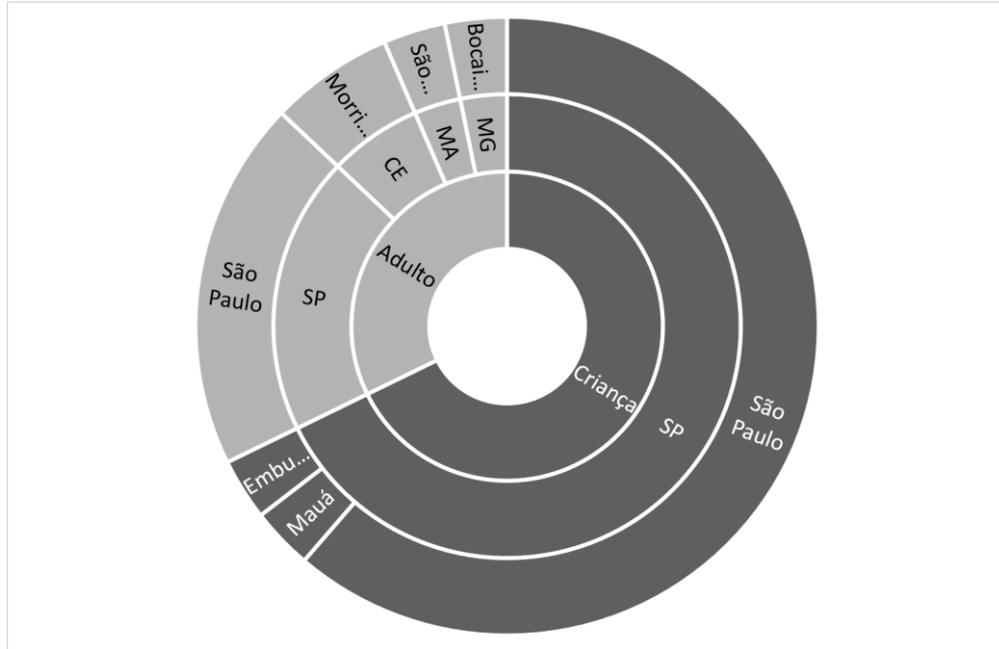


Figura 8: Origem
Fonte: Pesquisa própria, 2019. Elaboração própria.

Mesmo que com o espaço e recursos limitados, várias casas abrigam também animais de estimação. Abaixo, no Quadro 2, um resumo do que cada casa declarou possuir.

Ref.	Animais
A	1 gato e 1 pássaro
B	(não possui)
C	1 cachorro e 1 gato
D	1 cachorro
E	2 cachorros

Quadro 2: Animais
Fonte: Pesquisa própria, 2019. Elaboração própria.

4.2 Renda

Foi perguntado quais rendas cada família tinha por morador especificando da seguinte maneira: salário, Bolsa Família, Auxílio Aluguel e outras fontes. Além das duas primeiras categorias de ganho, nenhuma das cinco famílias alegou receber auxílio aluguel ou qualquer outro valor (como doações ou pensões alimentícias), mesmo declarando que nem todos os filhos moradores são dos mesmos atuais parceiros.

Tabela 4
Renda dos Moradores

Ref.	Nº Moradores	Nº Moradores com Emprego	Nº Moradores com Emprego Formal	Salário	Bolsa Família	Total	Renda Per Capita
A	4	2	0	R\$ 1.996	R\$ 170	R\$ 2.166	R\$ 542
B	6	0	0	R\$ -	R\$ 253	R\$ 253	R\$ 42
C	6	0	0	R\$ -	R\$ 170	R\$ 170	R\$ 28
D	5	2	0	R\$ 1.500	R\$ 171	R\$ 1.671	R\$ 334
E	10	1	1	R\$ 1.298	R\$ 430	R\$ 1.728	R\$ 173
TOTAL	31	5	1	R\$ 4.794	R\$ 1.194	R\$ 5.988	R\$ 193

Fonte: Pesquisa própria, 2019. Elaboração própria.

A Tabela 4 traz, por família, quanto se tinha de renda (via salário ou Bolsa Família) e qual era renda per capita de cada uma das casas. A renda per capita média considerando o grupo todo era de R\$ 193,00, o que não revela, por exemplo, a desigualdade latente como entre a casa A (com R\$ 542 mensais por morador) e a C (com R\$ 28 por morador). É verdade que poucos estavam empregados (apenas 5 dos 10 adultos), e menos ainda com registro em carteira (só 1 dos 5 com trabalho fixo), recebendo no máximo 1 salário mínimo cada um. Um fator decisivo para a ida para a Comunidade do Rodoanel foi, inclusive, o desemprego de muitos deles, como se verificará no Quadro 3.

O Bolsa Família tinha um papel importante no sustento dos entrevistados. Pode chegar a ser toda a renda de uma casa (como nos casos B e C). É sabido que tanto a mulher chefe da família B, como o homem chefe da família C, fazem serviços esporádicos para complementar a renda (os chamados “bicos”), mas nada era fixo como a transferência de renda do governo. Já a família E, que tem 8 crianças, tinha 25% do seu sustento vindo dessa fonte. A Tabela 5 traz mais detalhes.

Tabela 5
Bolsa Família

Ref.	Bolsa Família	Total	%
A	R\$ 170	R\$ 2.166	8%
B	R\$ 253	R\$ 253	100%
C	R\$ 170	R\$ 170	100%
D	R\$ 171	R\$ 1.671	10%
E	R\$ 430	R\$ 1.728	25%
TOTAL	R\$ 1.194	R\$ 5.988	20%

Fonte: Pesquisa própria, 2019. Elaboração própria.

4.3 Ecolar

Nenhuma das entrevistadas morava em ocupações ou favelas antes de irem para a Comunidade. Quatro famílias vieram de casas alugadas da região e uma veio da casa da mãe, que tem casa própria em Santo André. Os motivos alegados para a mudança ao atual local foram: desemprego (C, D e E), separação (B) e casamento (A). De certa forma, todos os casos se relacionam com o desemprego ou com a escassez de recursos à época da mudança. A maior parte mudou para lá quando a ocupação era bem menor, por volta de 2014 e 2015. Só a família B que se mudou mais tardiamente, em 2017. No Quadro 3 também é possível verificar em que ano cada família recebeu um Ecolar.

Ref.	Local Casa Anterior	Casa Anterior	Motivo Mudança	Ano Mudança	Ano Ecolar
A	Santo André	Casa mãe	Casamento	2015	2016
B	Jardim São Francisco	Aluguel	Separação	2017	2017
C	Jardim Santo André	Aluguel	Desemprego	2015	2018
D	Jardim São Francisco	Aluguel	Desemprego	2015	2018
E	Rodolfo Pirani	Aluguel	Desemprego	2014	2017

Quadro 3: Histórico Famílias

Fonte: Pesquisa própria, 2019. Elaboração própria.

Quando perguntadas sobre quais as diferenças entre a moradia anterior e o Ecolar, geralmente começavam a responder com um suspiro e algo como “é difícil até falar o quanto hoje é melhor”. Depois especificavam que antes o barraco, construído diretamente na terra, alagava com chuva, deixando tudo enlameado; que por vezes era necessário forrar o chão com quaisquer que fossem os materiais encontrados. Também por falta de janelas não tinham ventilação. Ou estava muito frio, ou muito calor. A família E, que antes não tinha nenhuma janela, agora tem 4. Também contaram que hoje o telhado é muito mais forte (de telha, não mais de lona), tendo até mesmo resistido às fortes chuvas que marcaram a cidade no início de 2019³². Outra melhoria citada em diversas casas foi a maior proteção contra a entrada de ratos.

³² Apenas a forte chuva que atingiu a região da Grande São Paulo desde a noite do dia 11 de março até o dia seguinte deixou 13 mortos. Informações obtidas pela notícia do Portal Último Segundo do IG, 2019. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2019-04-14/fortes-chuvas-elevam-em-310-o-numero-de-mortes-no-estado-de-sao-paulo.html>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

As famílias D e E celebraram, além disso, a possibilidade de receber pessoas de forma mais digna.

A Figura 9 retrata como o Ecolar (circulado de vermelho) é em comparação com os barracos comuns da comunidade. Note que a parte de baixo, das estacas, foi coberta pelos próprios moradores a fim de evitar a entrada de bichos.



Figura 9: Ecolar Destacado
Fonte: Dutra (2019)

Já em relação aos Ecolares propriamente ditos, o Quadro 4 traz um resumo de como ficou cada um, de acordo com seu tamanho, número de cômodos e eventuais alterações que tenham sido feitas. A, B, C e D têm casas de 20 m² e a da E tem 30m². A, C e E preferiram ter o banheiro incluso no projeto, sendo que a E mudou de ideia depois e passou a cozinha para essa parte, deslocando o banheiro para fora. O motivo foi deixar o fogão separado, onde a criança menor não chegasse perto. Visitando uma das casas que não tem o banheiro incluso (como a B e a D), fica nítida o melhor aproveitamento de espaço. São 2 m² a mais que permitem alguns até terem um ou dois sofás, fazendo da área da cozinha uma sala também. Entretanto, um integrante da D comentou que alguns ratos ainda conseguiam entrar na casa pelo banheiro que eles próprios construíram. Segundo o coordenador do Projeto, isso provavelmente se dá porque os moradores não tem conhecimento técnico para deixar esta parte suspensa, como o resto da casa. Os sanitários fora dos Ecolares acabam ficando rente ao chão.

Ref.	Tamanho Ecolar	N° Cômodos	Banheiro	Alteração?
A	20 m ²	3 (cozinha, quarto e banheiro)	Incluso	Calha e cobrimento estacas
B	20 m ²	2 (cozinha/sala e quarto)	Não incluso	Cobrimento estacas
C	20 m ²	3 (cozinha, quarto e banheiro)	Incluso	Não
D	20 m ²	3 (cozinha e quarto)	Não incluso	Não
E	30 m ²	4 (cozinha/sala, 2 quartos)	Não mais incluso	Cozinha dentro e banheiro fora. Cobrimento estacas

Quadro 4: Formato Ecolar
Fonte: Pesquisa própria, 2019. Elaboração própria.

Algumas famílias também fizeram alterações além de anexar um banheiro na parte de fora. A família A colocou calha para escoamento de água da chuva e cobriu a parte inferior da casa, a fim de evitar que animais fiquem ali embaixo, ou que joguem lixo (como o exemplo na Figura 9). Essa proteção das estacas também foi feita nas casas B, C e E. A casa E, além disso, trocou as janelas originais por outras melhores e fez a troca junto com a Mangalô, pagando os materiais em muitas prestações. Tais adaptações foram mínimas e, portanto, percebeu-se que o Projeto Ecolar atendeu às necessidades imediatas daquelas famílias, conferindo-lhes mais segurança, espaço, iluminação e saúde. Alguns pouquíssimos daqueles mesmos benefícios que compõem a própria definição de moradia digna.

Ref.	Financiamento	Mão de Obra
A	Doações individuais	Grupo de amigos doadores
B	<i>Straight Street Organization (Orlando, FL)</i>	<i>Straight Street Organization</i>
C	<i>Omni Financeira (São Paulo, SP)</i>	<i>Omni Financeira</i>
D	<i>Straight Street Organization (Orlando, FL)</i>	<i>Straight Street Organization</i>
E	<i>Hilti Brazil (São Paulo, SP)</i>	<i>Hilti Brazil</i>

Quadro 5: Financiamento Ecolar
Fonte: ONG Mangalô, 2019. Elaboração própria.

Cada construção teve a colaboração de diferentes grupos para financiar seu custo e integrar a mão de obra. O Quadro 5 traz mais informações a respeito. As casas C e D foram financiadas pelas empresas *Omni* e *Hilti* e quem construiu foram seus próprios funcionários. A B e a D foram ambas pagas pela ONG baseada nos Estados Unidos, *Straight Street Organization* e voluntários dela vieram de lá para participar das obras. Já a casa A foi fruto de

uma reunião de amigos que juntou o dinheiro e construiu. Essa pequena amostra de famílias nos dá uma ideia da diversidade de soluções que o terceiro setor dispõe para socorrer aqueles que estão à margem da cidade. Como já ficou claro no tópico “Renda”, nem todas as famílias visitadas tinham as mesmas condições de vida. A última pergunta do questionário pedia que respondessem quais daqueles bens possuíam. As respostas estão na Tabela 6.

Tabela 6
Bens

Bens	A	B	C	D	E
Geladeira	1	1	1	1	1
Máquina de Lavar	0	0	0	0	1
Fogão	1	1	1	1	1
Micro-ondas	0	0	0	0	1
Televisão	1	0	1	2	1
Celular	2	1	1	2	1
Computador (Desktop)	0	0	0	0	0
Notebook	0	0	0	0	0
Tablet	0	0	0	0	0
Chuveiro	0	1	1	0	1
Sofá	0	2	0	0	1
Cama Casal	1	1	1	1	1
Cama Solteiro	0	1	1	2	2
Berço/Chiqueirinho	0	0	1	0	0
Colchão Casal	1	1	1	1	1
Colchão Solteiro	0	1	1	2	1
Colchão Infantil	0	0	1	0	0

Fonte: Pesquisa própria, 2019. Elaboração própria.

Começando pelos bens mais comuns, todas as famílias visitadas tinham geladeira, fogão, celular, cama de casal e colchão de casal. Só a família B não tinha televisão e só a A não possuía colchão nem cama de solteiro. Chuveiro está presente em só 3 dos lares (B, C e E) e sofá em apenas 2 (B e E), até pelo maior espaço que têm nas áreas de cozinha e sala. Micro-ondas e máquina de lavar (mais conhecido como “tanquinho”) só se encontravam na casa E. Bens que nenhuma daquelas pessoas alegou possuir foram computador (*desktop* ou *notebook*) e *tablet*. O coordenador técnico do Ecolar, que me acompanhou nas visitas, compartilhou que ter um fogão (acompanhado de um botijão de gás) divide a comunidade entre os quem tem uma vida melhor que os outros. Essa informação revela o nível de precariedade da comunidade e o quanto esse trabalho arranha a superfície do entendimento do que significa habitar ali.

4.4 Receios e Expectativas

De maneira geral, tendo em vista que as entrevistadas viviam antes em moradias regulares, as famílias visitadas não estavam acostumadas a morar em barracos antes de se mudarem para a Comunidade. Pudemos conversar um pouco sobre seus receios, expectativas e planos. Entre os receios, o mais citado foi o da qualidade e disponibilidade da água. Além disso, também se reclamou da falta de saneamento básico e asfalto nas ruas da comunidade. Também está claro que para alguns existe o medo do tráfico e roubos que existem ali. Ocorrências que tiram o sono do parceiro da entrevistada da casa D. A entrevistada da família A afirmou ter medo de o Rodoanel cair sobre eles, a família C mencionou a poluição e o frio. Apenas a família B disse considerar que hoje não tem mais receios, visto que o ambiente está “mais tranquilo”, “com menos solteiros e mais famílias” nas ruas e casas da comunidade.

Quando conversamos sobre a qual tipo de lazer recorrem para descansar e se divertir, 4 mencionaram a TV (A, C, D e E), 2 falaram da Igreja Evangélica Batista em Jardim Santo André (B e E), 2 disseram ter costume de ir ao parque às vezes (A e E), e as pessoas da C vão à Praça Tiradentes. As pessoas em A e os filhos mais velhos da E também vão ao shopping center. A entrevistada da família C (assim como outros eventualmente fazem o mesmo) reclama que não tem nada para fazer ali perto, por isso conta ainda que assistem DVD, jogam videogame, ouvem música e gostam de cozinhar e comer. Acrescenta também que seu marido vai ao bar ali mesmo na comunidade. Um costume corriqueiro de alguns é simplesmente ficar nas ruas da comunidade, conversando com os vizinhos e observando o movimento, prática que a mulher da família B relembra.

A distância de equipamentos públicos, somado ao difícil acesso a transporte e a precariedade do ambiente em que vivem demonstra a crise de pertencimento dos moradores da Comunidade do Rodoanel à cidade de São Paulo. Como Maricato afirma (2015, p. 108)

O problema não se resolve com a distribuição de renda ou do salário. Porque mais salário não compra o transporte coletivo; não compra uma boa localização na cidade, porque isso fica mais caro. Aumento salarial é absorvido pelo custo da cidade e isso só se resolve com políticas públicas. Reconheço que houve distribuição de renda para comprar carros, motos, eletrodomésticos, uma televisão melhor [...] mas ninguém vive só dentro de casa: vive na cidade.

Todos os residentes com os quais conversamos se disseram apoiadores da associação de moradores da comunidade. O grupo se reúne mensalmente e tem o objetivo de conquistar

benefícios como auxílio aluguel ou até mesmo um apartamento próprio, caminho semelhante ao qual quem vivia no Loteamento Parque das Flores ou Gleba Continental vem galgando³³. Três das famílias visitadas (A, D e E) tem o grande desejo de sair dali enquanto que as outras duas gostariam que a própria comunidade evoluísse (curiosamente em discordância da luta da associação).

Os problemas aqui apresentados podem ser novos para alguns dos moradores, mas são antigos para São Paulo. A própria região de São Mateus foi construída a partir da década de 50 por caminhos não tão diferentes. Sousa (2018, p. 6) escreve justamente a respeito da construção histórica desse distrito

percebemos [...] a partilha do sofrimento da vida em um bairro periférico e deficiente de equipamentos públicos, no qual os moradores buscam por si sós fazer do lugar uma cidade, seja se organizando em movimentos, abrindo seus comércios ou construindo a própria moradia, ainda que de modo precário. A partir disso já começamos a entender que a urbanização de um bairro de periferia depende de significativa diversidade de ações dos indivíduos que lá moram e se constituem como sujeitos históricos desse processo e que, esses mesmos indivíduos, ao trabalharem sua memória com base em suas experiências de vida, forjam interpretação particular sobre sua importância nesse contexto.

O sentimento de conformismo e tristeza foi mais fortemente percebido do que o de indignação ou luta contra a situação atual. Parece faltar conhecimento e orientação em relação às alternativas pelas quais poderiam reivindicar seguindo lutas da Reforma Urbana, o conhecimento dos líderes da Associação parece não alcançar tão bem seus filiados. É verdade que o tempo de conversa com cada uma das famílias foi curto, as perguntas limitadas e há muito mais pessoas com as quais se deveria reunir antes de desenhar um quadro mais completo.

³³ “A área foi adquirida pela companhia em 1980 e está ocupada irregularmente há mais de 25 anos. Em 2000, a Cohab-SP assinou o “Termo de Compromisso de Ajustamento - TAC”, junto ao Ministério Público Estadual para a regularização fundiária da gleba, contemplando a elaboração dos projetos, execução das obras e regularização fundiária. Em 2013, foi assinado o convênio com o Ministério das Cidades, gerando investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).” Trecho de notícia obtido no site da Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/noticias/?p=272142>>. Acesso em: 27 jun. 2019.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comunidades como a do Rodoanel, mesmo que relativamente pequenas e novas, oferecem um campo muito amplo de pesquisa nas mais diversas frentes. No decorrer desse trabalho inúmeras perguntas surgiram. Por que algumas pessoas, tendo conseguido empregos melhores, escolhem ainda permanecer na ocupação? Como se dá o planejamento familiar? Qual o papel do homem e da mulher nesses lares? Quais as causas micro e macroeconômicas que levaram tantas famílias a regredirem no quesito moradia? De que forma a prefeitura de São Paulo deveria agir para que houvesse outros caminhos para os mais pobres terem habitação que não uma situação de tanto risco? As interações humanas são por demais complexas para se limitar a tão poucas páginas.

A Comunidade Rodoanel não é a primeira ocupação que ocorre naquele endereço e, apesar de ser composta por alguns cidadãos que receberam algum tipo de atendimento habitacional público, vários outros ainda não tiveram a mesma atenção, a exemplo das cinco famílias apresentadas no capítulo 4. E quando esses novos ocupantes forem atendidos? Ainda assim os administradores da cidade terão diante de si, além de dezenas de outras ocupações para tratar, o desafio constante de propiciar saneamento, transporte coletivo, coleta de resíduos sólidos, entre outros serviços e infraestruturas urbanas em todo o seu território.

A periferia é construída, portanto, por meio de diversos agentes. Na ausência do setor público, indivíduos e organizações não governamentais traçam caminhos alternativos que infelizmente são insuficientes para prover oportunidades de moradia digna a milhares de cidadãos. O Projeto Ecolar é apenas um exemplo de solução emergencial, mas com poderoso impacto social, que pode ser útil no enfrentamento da precariedade que se apresenta em todo canto. Há saídas inteligentes, sustentáveis e de baixo custo sendo desenvolvidas no Brasil e no mundo. Cabe aos responsáveis pelas políticas públicas ter sensibilidade e atenção às mais diversas alternativas para reduzir o número de pessoas em situação de precariedade habitacional e cumprir assim o seu propósito constitucional.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988, 168p.

BRASIL. **Relatório de Avaliação de Pós-Ocupação do Projeto de Intervenção Urbanística**, 2016. Disponível em: <http://www.habitasampa.inf.br/wp-content/uploads/2017/06/161219_RE_-Jardim-S%C3%A3o-Francisco.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2019.

COELHO, Daphne Quintella. **Serviços de Saneamento Básico e os Objetivos do Milênio: Qual a situação dos municípios brasileiros?** Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, p. 9, 2014.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Instituto Brasileiro de Economia. **Benefícios econômicos da expansão do saneamento brasileiro**. 2010. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/estudos/pesquisa7/pesquisa7.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 1 jul. 2019.

KRIEGER, James; HIGGINS, Donna. Housing and Health: Time Again for Public Health Action. **American Journal of Public Health**, v. 92, n. 5, p. 758, mai. 2002. Disponível em: <<https://ajph.aphapublications.org/doi/pdf/10.2105/AJPH.92.5.758>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

MARICATO, Ermínia. **Para Entender a Crise Urbana**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 112p.

SÃO PAULO, **Análise da Revisão Programática do Programa de Metas**, 2019. Disponível em: <<http://programademetas.prefeitura.sp.gov.br/assets/up/An%C3%A1lise%20da%20Revis%C3%A3o%20Program%C3%A1tica.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

SÃO PAULO, Secretaria de Habitação, informações disponíveis no **Portal habitaSAMPA**. Disponível em: <<http://www.habitasampa.inf.br/habitacao/>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

SÃO PAULO. Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Institui o Plano Diretor Estratégico de São Paulo. **Diário Oficial Cidade de São Paulo**. São Paulo, 1 ago. 2014. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE-Suplemento-DOC/PDE_SUPLEMENTO-DOC.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

SÃO PAULO. Projeto de Lei nº619, dezembro de 2016. **Caderno do Projeto de Lei do Plano Municipal de Habitação de São Paulo**. Disponível em: <http://pmh.habitasampa.inf.br/wp-content/uploads/2016/11/20161221_PMH_PL_bxa.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2019.

SOUSA, Adriano Jose de. **Cotidiano e Lutas Sociais na Periferia de São Paulo: Sujeitos Históricos da Urbanização de São Mateus (1950-1992)**. 2018. Disponível em <[https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1530828106_ARQUIVO_COTIDIANOELUTASSOCIAISNAPERIFERIADESAOPAULO\(1950-1992\)ADRIANOSOUSAANPUH.pdf](https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1530828106_ARQUIVO_COTIDIANOELUTASSOCIAISNAPERIFERIADESAOPAULO(1950-1992)ADRIANOSOUSAANPUH.pdf)> Acesso em: 18 mar. 2019.

TOMINAGA, L. K.; SANTORO, J.; AMARAL, R. Desastres Naturais: Conhecer para prevenir. **Instituto Geológico, Secretaria do Meio Ambiente**. São Paulo: Governo do Estado, 2009. Disponível em: <<http://www.igeologico.sp.gov.br/downloads/livros/DesastresNaturais.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS BENEFICIÁRIOS DO PROJETO ECOLAR

1. Endereço (número do barraco)

2. Nome Entrevistado

3. Moradores

Nome
Gênero
Data Nascimento
Cidade Nascimento
Renda (Salário)
Bolsa Família
Auxílio Aluguel
Outras fontes (\$)
Alfabetizado?
Escolaridade
Relação

4. Animais

Espécie
Quantidade

5. Ano da Mudança para a Comunidade do Rodoanel

6. Moradia Anterior

- a) Local (Se ocupação, Comunidade, Cidade, Estado)
- b) Período em que lá residiu (Ano entrada a ano saída)
- c) Motivo da mudança

7. Tem alguma outra moradia ou terreno? Se sim, onde e de que tipo?

8. Como soube da Comunidade Rodoanel?

9. O que levou a/o Sra/Sr. a se mudar para a CR?

10. Quais os seus receios de participar da CR?
11. Quais as suas expectativas com a CR?
12. Participação em organizações/eventos da Comunidade? Se sim, qual e com que frequência (ex. Igreja, Associação comunidade, Ativismo político, etc.)?

13. Saúde

Morador
Doença
Frequencia
Relação com Local?
Ano início
Vacinas em dia

14. Lazer/Recreação (TV, Videogame, Shopping, Amigos, Festa, Bar, etc.)?

15. Casa (Ecolar)

- a) Cômodos
- b) Principais diferenças moradia anterior e Ecolar
- c) Principais benefícios Ecolar
- d) Fez alterações no Ecolar? Quais?

e) Móveis

Móveis	Quantidade
Geladeira	
Máquina de Lavar	
Fogão	
Microondas	
Televisão	
Celular	
Computador (Desktop)	
Notebook	
Tablet	
Chuveiro	
Sofá	
Cama Casal	

Cama Solteiro	
Berço/Chiqueirinho	
Colchão Casal	
Colchão Solteiro	
Colchão Infantil	